

## **A teia de poder: Coronel Junqueira e a política da Primeira Republica em Ribeirão Preto.**

ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI \*

### **Introdução**

Nas ultimas décadas do século XX a historiografia brasileira vem se debruçando sobre o estudo da atividade política paulista durante a Primeira República. Uma parte dessas pesquisas envolve o estudo do funcionamento das instituições políticas, a gestão de políticos nos diversos níveis de poder e algumas biografias dos ocupantes de cargos públicos.

O estado de São Paulo teve uma grande importância no desenrolar da política nacional durante a República Velha.

Analisaremos um dos mais importantes chefes políticos da época, em âmbito regional, o coronel Joaquim Diniz da Cunha Junqueira, conhecido como Quinzinho da Cunha Junqueira, um dos donos do poder político em Ribeirão Preto, município que teve um desenvolvimento muito grande durante a Primeira República, sendo conhecido como a capital do café, ou a Petit Paris, devido a sua importância no fornecimento de café no mercado mundial e seu desenvolvimento urbano, que atraiu não somente imigrantes para lavoura mas muitos que buscavam uma nova vida (Diário da Manhã. Ano XII, jan./mar. 1909.).

O mandonismo local de Quinzinho da Cunha pode ser observado pelo controle do eleitorado e do aparato público. O coronel era responsável pelas decisões em nível municipal e também pelas indicações em nível estadual.

A influência do coronel na esfera pública era tamanha que sua teia de poder estendia-se em vários graus do poder. Sob sua teia estavam os vários prefeitos de Ribeirão Preto e região, vereadores, deputados estaduais (Manuel Aureliano Gusmão, João Pedro da Veiga Miranda e Francisco Junqueira); um secretário os Negócios do Interior do Estado (Fábio Barreto); um ministro do Tribunal de Contas Estadual (Joaquim Macedo Bittencourt); Presidentes de Estado (Rodrigues Alves, Altino

---

\* Especialista em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá, professor do Centro Educacional de Cravinhos/SP.

Arantes, Washington Luís); três deputados federais (João Pedro da Veiga Miranda, Altino Arantes e Washington Luís); um ministro federal da Marinha (João Pedro da Veiga Miranda); e para finalizar, um Presidente da República (Washington Luís).

Seu prestígio político se comprova com as visitas constantes de políticos de grosso calibre como Wenceslau Brás e Eptácio Pessoa.

Considerado grande *chefe* político do período referente, esse coronel urde habilmente uma intrincada teia política que liga os diretórios municipais, a Comissão Central do Partido Republicano Paulista e os postos oficiais de governo.

O *chefe* político é o sustentáculo da estrutura de poder baseada nas relações pessoais. Nele convergem todos os fios da trama política e é dele a palavra final para qualquer deliberação. É o herdeiro histórico e moderno do antigo *patriarca* rural dos tempos coloniais, primorosamente retratados por Gilberto Freire em *Casa-grande e Senzala*. Contudo, esses *chefes* do período republicano, entre eles Quinzinho da Cunha, têm como característica marcante a heterogeneidade e o hibridismo, diferentemente de seus ascendentes representados numa classe homogênea de proprietários rurais. Dessa forma, as categorias clânico-parentais tratadas em obras como a de Oliveira Vianna, Victor Nunes Leal<sup>†</sup> não servem mais para uma elite política híbrida composta por fazendeiros, comissários de café, novos ricos, imigrantes, arrivistas, militares e bacharéis.

Nesse ponto, Ribeirão Preto é exemplar. Cel. Quinzinho da Cunha, integrante da tradicional família Junqueira, durante anos disputará com um imigrante alemão, o cel. Francisco Schimidt, o poder e o prestigioso epíteto de *chefe* nessa cidade.

Essa nova configuração da liderança política, em São Paulo, se deve ao novo contexto histórico republicano, onde a modernização e a urbanização rompem, embora de forma incompleta, as características socioeconômicas tradicionais em que se assentava a propriedade rural escravista. O novo regime político e o advento das cidades fazem com que a política extrapole o âmbito local da propriedade rural ou do “clã parental” (VIANNA, 1974:p.74), se organizando em uma base mais ampla, ou seja, no município, na região e no estado; surgindo, desta maneira, os “clãs eleitorais” encabeçados por Quinzinho e outros “chefes”.

---

<sup>†</sup> Para as obras relacionadas aos autores, vide bibliografia.

Investigando Quinzinho, percebemos uma característica marcante da nossa estrutura de poder que historicamente acompanhou todos os fenômenos políticos desde a Colônia: o personalismo.

Para Sennett, “a legitimidade da autoridade pessoal provém de uma percepção de diferenças de forças, [...] essa diferença desperta medo e respeito”( SENNETT,2004:p.206). Quinzinho era diferente de seus subalternos, não do ponto de vista econômico, pois até pessoas mais ricas o obedeciam. Quinzinho tinha privilégios que outros, inclusive seus pares, não tinham. Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 2000: p.35) já tinha constatado isso quando afirmara que em nossa cultura “toda a hierarquia funda-se necessariamente em privilégios”. Entre esses privilégios, destaca-se seu poder de intervenção na esfera pública. Ancorados oficialmente no Partido Republicano Paulista, cel. Quinzinho e outros *chefes* dominavam a máquina pública e os postos oficiais do governo paulista através de uma vasta rede de relações pessoais. Em âmbito local o poder de Quinzinho era inquestionável.

Dirigente do 10º Distrito que congregava as cidades da região de Ribeirão Preto, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira deliberava sobre todas as decisões importantes e “todo o aparato do partido e praticamente todos os funcionários públicos contentavam-se em obedecer às decisões do chefe” (WALKER, 2000:p.60) . Funcionários públicos, chefes de polícia, juízes, deputados, “todos deviam sua posição ao chefe político, era este último e não aqueles, que em última instância comandava a política pública.” (WALKER, 2000:p.61).

Percebemos, então, outra característica advinda com esse personalismo que impregna historicamente nossa cultura política: a esfera privada assumindo as funções da esfera pública e vice-versa. Políticos e partidos, assim, nunca representaram, nem representam interesses coletivos, quer de classe. Seus objetivos políticos nunca transcendem os interesses particulares de seus próprios membros. Percebemos, assim, uma personalidade individualista dos *chefes* em um sistema político excludente. A individualização, característica da sociedade moderna, parece desintegrar a cidadania. “Porque os cuidados e preocupações dos indivíduos enquanto indivíduos enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como seus únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo mais do discurso público” (BAUMAN, 201: p34).

Essa ausência da cidadania corrobora a tese de Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 2000:p160) de que “a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido”. No Partido Republicano Paulista, os “chefes políticos”, entre eles cel. Quinzinho disputava e controlava diretamente ou indiretamente o Diretório Central do partido. Dessa forma, “os coronéis formavam parte indispensável da máquina do PRP. [...] A ligação entre os coronéis e a burocracia do partido era garantida por um chefe perrepista regional, um ‘supercoronel’, que fazia parte da comissão executiva ou era nela representado” (LOVE, 1982: p179). Altino Arantes e Washington Luís são alguns exemplos da influência de Quinzinho no Diretório Central do PRP. .

A relação de subordinação através de laços pessoais para com o “chefe” fica clara nas correspondências enviadas, por esses e outros políticos, ao coronel Junqueira. Missivas como a de Altino Arantes, até então advogado na pequena cidade de Batatais, no ano de 1906, em que agradece o “chefe” pela “valiosíssima intervenção com que amparou e fez vingar a minha candidatura à deputação federal” (AESP. Fundo Joaquim Junqueira. 08/01/1906 carta 17.) corrobora o poder de articulação política deste coronel.

Na mesma carta, ficam explícitas as relações de dependência e as obrigações pessoais para com o “chefe”. Altino Arantes, depois de agradecer Quinzinho por ter feito “vingar sua candidatura”, declara ser “sempre um dedicado amigo, sempre pronto a cumprir suas ordens”.(carta 17) Essa rede de compromissos que se estabelecia entre o “chefe” e seus dependentes era a base da cultura política. Cel. Quinzinho distribuía cargos públicos e postos políticos em troca da fidelidade canina de seus agraciados. A autoridade de Quinzinho é, desse modo, uma “autoridade do amor falso [...]. Ela opera como uma exibição de benevolência que só existe na medida em que convém aos interesses daquele que manda, e que exige a aquiescência passiva como o preço para que o sujeito seja cuidado”( SENNETT, 1989: 447.- 176.).

Além do Partido Republicano Paulista, Ribeirão Preto e o governo estadual, os tentáculos de sua atuação se estenderam até o Palácio do Catete. Decisões nacionais passavam pelo seu crivo graças a Washington Luís, seu maior representante na política. Em carta de 1927, Fabio de Sá Barreto, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, comunica ao Presidente da República, Washington Luís, as últimas notícias da política paulista, enfatizando que “nenhum vínculo especial nos prende a qualquer dos

grupos, em que se divide a política do Estado. Não receberemos orientação partidária, que não venha diretamente do bom amigo e chefe” (APHRP Id. caixa 174.).

Esta carta evidencia os laços pessoais que os une ao “chefe” Quinzinho. Entretanto, a missiva esclarece outros aspectos importantíssimos para a compreensão do tipo de cultura política que estamos investigando. A carta demonstra a articulação do cel. Quinzinho entre os vários níveis de poder, pondo por terra o conceito clássico do coronel como apenas um chefe político local. O poder de Quinzinho, portanto, extrapola o local, tramitando habilmente entre o âmbito local, estadual e federal. E ele não era o único. Em São Paulo existiam coronéis e “Coronéis”, esses últimos envolviam sob sua influência os coronéis de menor porte, costurando alianças entre eles e políticos.

Quinzinho, em diversas ocasiões, além de controlar os coronéis do seu distrito, influía constantemente na política dos outros distritos, principalmente durante as eleições. Outro aspecto revelador da carta de Fábio Barreto é que Cel. Quinzinho era de uma ala bem definida dentro das correlações de força em que se estruturava a política paulista, independente do Partido Republicano Paulista, no qual várias vezes se desentenderam. Isso reforça a idéia de que em nossa cultura política os interesses privados sempre foram privilegiados em detrimento dos interesses públicos.

Dessas intrigas políticas, é importante afirmar que eram apenas litígios entre *chefes* numa busca desenfreada pelo poder. Apesar de controlarem a política paulista, as relações entre eles não eram completamente harmoniosas.

Era principalmente na escolhas dos candidatos que a teia política e a capacidade de articulação política dos *chefes* vinham à tona. Brigas e rixas pelo poder resultavam em alianças, onde antigos inimigos tornavam-se aliados dependendo do contexto da disputa.

As políticas públicas também eram permeadas pelo personalismo. Projetos de remodelação urbana, construções de estradas de ferro, rodovias, assim como a criação de comarcas e cidades necessitavam da anuência de um *chefe* político para se concretizarem. Não só isso, os recursos públicos para esses empreendimentos eram motivos de ferrenha disputa, e alocar recursos estaduais para uma determinada região em processo de urbanização era uma tarefa política árdua que dependia da boa relação do *chefe* com o PRP e o Estado, pois o governo estadual tinha também o poder de criar, eliminar e alterar o tamanho dos municípios.

A constituição de novos municípios tendeu a acompanhar mudanças no padrão demográfico, mas, algumas vezes, tal poder foi usado para impedir a criação de novos municípios, num contexto em que a motivação política era dominante (LOVE, 1982: 178)

Relações pessoais e políticas com um grande *chefe* eram indubitavelmente necessárias para qualquer tipo de política pública, principalmente as de grande porte, que necessitavam de vultosas quantias e recursos. Foi assim o caso da região de Ribeirão Preto, onde Cel. Quinzinho da Cunha, com todo seu poder e influência no governo estadual, promoveu um surto urbanizador.

Na região de Ribeirão Preto, sua intervenção também era imperativa para a criação e o desenvolvimento de vilas, cidades e comarcas. Um exemplo disso é Sertãozinho. Em 1906, correligionários, no intuito de criar uma comarca em Sertãozinho, “pedem com empenho” a ajuda de Quinzinho, desejando saber “como você pensa sobre isso e o que mais convêm fazer”, demonstrando como a opinião do coronel selava essas manobras políticas.

*19-8-1906*

*Quinzinho.*

*Saudações e boa viagem*

*Os nossos amigos de Sertãozinho pedem com empenho, a criação da comarca lá, tendo aqui vindo tratar disso o Cel. Aprigio e Padre Macario. Estou com os papeis para dar parecer na Câmara.*

*Desejo porem, saber como você pensa sobre isso e o que mais convêm fazer.*

*Responda-me com urgência e desde já agradeço*

*Teu primo amigo.*

*Azevedo. S.Paulo. 19 de agosto 1906.*

*(APHRP. Id Caixa 174. Carta de Azevedo Junqueira 19.08.1906).*

Vemos assim que sua intervenção foi sentida até mesmo na criação dos municípios da região de Ribeirão Preto. O que pode ser verificado não só em Sertãozinho, mas também em Jardinópolis:

*Exmo, Snr.Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira*

*Os portadores deste são os nossos amigos e correligionários, srs. Eduardo Vassimon e Floriano Peixoto Corrêa, os quaes comissionados por mim vão expor ao ilustre e distinto amigo o trabalho que o Diretório Político está executando para conseguir a criação da Comarca em Jardinópolis.*

*Aqui deixo consignado e os emissários confirmarão de viva voz, que para a realização desta idéia, o Diretório e o povo contam com a valiosa e indispensável proteção de V. Excia. Junto aos poderes do Estado e eu pessoalmente faço máximo empenho para se conseguir esse intento. (APHRP. Id Caixa 174.)*

As intervenções de Quinzinho da Cunha não se limitavam à região de Ribeirão Preto e se fazia sentir por todo o Estado de São Paulo através de seus tutelados políticos. No 3º Congresso Paulista de Estradas e Rodagens, em 1923, João Rodrigues Guião, prefeito de Ribeirão Preto, agradece o “ilustre chefe de governo”, Washington Luís, Presidente de São Paulo, “sob cuja iniciativa as vias de comunicação se vêm desdobrando no solo paulista em numerosas fontes de produção, de riquezas novas, em ricas artérias de circulação econômicas.” (*Correio Paulistano*. São Paulo, 12 de novembro de 1923.)

A apropriação do público pelos interesses privados foi praxe na nossa história e o jogo político dentro da máquina do estado promovia uma disputa acirrada pelos recursos públicos para dar prosseguimento no processo de urbanização e modernização do interior paulista.

Vimos, portanto, que a cultura política paulista, assume um aspecto singular, devido o caráter da civilização material que surgiu em São Paulo com o advento da cultura cafeeira. “A fazenda resiste com menos energia à influência urbana, e muitos lavradores passam a residir permanentemente nas cidades” (HOLANDA ,2000:174). Cel. Quinzinho da Cunha e outros representantes desta *elite* são no fundo cidadãos, por isso criam e remodelam as cidades do interior paulista no intuito de realizar seus anseios civilizadores. Por outro lado, apesar de todas essas transformações sócio-econômicas, uma cultura política baseada em laços pessoais ainda perdura desde os tempos de colônia. São essas relações pessoais que estruturaram a política da recém República.

Realizando uma análise das correspondências de Quinzinho, afirmamos que ele possuía o poder nos processos de nomeação de funcionários públicos. É curioso notar que, mesmo sem assumir qualquer mandato, cabia ao Junqueira indicar ou exonerar funcionários, demonstrando que seu poder tradicional mantinha os políticos como instrumentos da sua ação como coronel.

Como todo o coronel da Primeira Republica o poder de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, era mais percebido pelo resultado que eles forçavam nas eleições locais e supra locais, seu maior papel era garantir a votação máxima dos candidatos indicados por ele ou por sua ala do partido:

*(...) Era minha intenção ir fazer-lhe e ao nosso prezado amigo e chefe doutor Washington Luis uma visita: mas os trabalhos por aqui augmentaram muito, e, antes, eu preciso percorrer o districto no sentido de intensificar o alistamento eleitoral. Parece-me que os nossos amigos do interior darão*

*uma bela demonstração de solidariedade e dedicação ao diretor Julio Prestes que com tanto patriotismo e segurança vem dirigindo os destinos de nosso Estado.(APHRP.Id caixa174)*

Como vemos nesse fragmento de uma correspondência, parte das funções do chefe político era percorrer o seu distrito para intensificar o alistamento eleitoral para garantir os números favoráveis nas urnas.

Seu poder iria crescer com a indicação de Fábio Barreto a secretário de Negócios do Interior de Júlio Prestes, esse cargo possibilitou o controle sobre a nomeação da maioria dos funcionários públicos do estado.

Parte desses laços de lealdade foi construída através do matrimônio, pratica muito conhecida de sua família, já que sua família utilizava os casamentos arranjados como forma de manter as riquezas, era muito comum o casamento entre primos, como no caso do próprio Quinzinho que se casou com sua prima de primeiro grau, assim como todos seus irmãos.

*“Aos moldes de outras famílias de leite do século XIX, os Junqueira desenvolveram uma intrincada rede de parentesco que visava não só a manutenção das propriedades, mas um constante fluxo de reciprocidade ancorado na parentela. Casaram-se preferencialmente com primas,mas há registros de uniões com tios, sobrinhos e cunhados. Noivos e noivas eram buscados em Minas, formalizando uniões já anteriormente acertadas pelos pais. Os laços de consangüinidade e de compadrio mantinham e reproduziam o poder social e político da família Junqueira e o estreitamento desses laços familiares, impede a divisão de bens e desmembramento de propriedades, facilitando a contigüidade de terras e tornando imensos os domínios”.( GODOY, 2000: 43)*

Joaquim da Cunha foi inovar realizando uniões de suas filhas não com parentes, mas com políticos com potencial que seriam seus agentes dentro da máquina política, sua lealdade era garantida, pelos vínculos de parentela estabelecidos, assim como o controle que o coronel possuía sobre toda a família.

Os casamentos de seus filhos foram devidamente arranjados para que fossem os mais vantajosos possíveis, seu filho Osório da Cunha Diniz Junqueira se casou com Amélia Prado Uchoa Junqueira, selando a união entre as duas famílias mais tradicionais na cultura de café na região, os Prado e os Junqueira, dessa união nasceria Flávio Uchoa, importante personagem político da região.

Sua filha Ana Junqueira Lobato, se casou com seu protegido político e futuro braço direito Jorge Lobato, esse ocupou diversos cargos dentro da política de Ribeirão

Preto e foi responsável por ajudar na organização de seus negócios. A filha mais nova, Maria Gabriela Junqueira Arantes foi casada com um dos mais promissores amigos, Altino Arantes, que além dos cargos dentro do município, foi deputado federal, secretário do interior e presidente do Estado de São Paulo, peça fundamental nas políticas de valorização do café e leal correligionário, sabe-se que o apoio de Quinzinho foi valioso para a obtenção de seus cargos e que em retribuição Altino Arantes foi fiel aos pedidos do sogro, nomeando amigos e levando o apoio as medidas de interesse da ala ribeirão-pretana do PRP dentro de todo estado.

Em carta de Washington Luís ao Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (datada de 07.04.1927), encontramos o seguinte texto:

*“Prezado Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, Accuso recebida a sua carta de 20 do mês próximo passado. Em resposta, comunico-lhe que tomei na devida atenção a recomendação que me faz do Dr. Oswaldo Ferreira de Mendonça, para um cargo político federal. “Com os meus cordiais cumprimentos subscrevo-me, Washington Luís”. (APHRP. Id. Caixa 174. 07.04.1927)*

Nessa correspondência, enviada pelo presidente Washington Luis, foi utilizado o papel timbrado do gabinete da presidência da República. Assim, podemos notar o relacionamento entre Cel. Quinzinho e a esfera de poder federal, assim como as interseções entre as esferas do público e privado. Em outras cartas podemos notar a importância de seu status político dentro dos quadros do PRP do distrito de Ribeirão Preto:

*Ribeirão Preto, 23 de Novembro de 1925,  
Caro amigo Quinzinho, Affectuosas saudações.  
Lembrei-me hoje que no dia 29, em que terão lugar as eleições municipaes, também haverá eleição em todo o estado para uma vaga de Senador Estadual, havendo um candidato recomendado pela Comissão Directora. O Meira não está aqui, tendo seguido hontem para S. Paulo onde também se acha o Lobato. Penso e como eu também pensam o José da Silva e o Guião que não é conveniente deixar de se votar na eleição de Senador, uma vez que não há de facto um rompimento formal entre nós e o governo...  
Temos procurado intervir na política do Districto, para amparar amigos ameaçados e solicitados embora particularmente, nomeações para o Ribeirão Preto como no caso da Promotoria e Delegacia locaes. Pretendemos pedir por intermédio do Chico por ocasião da votação do Orçamento, varias subvenções para a nossa cidade...  
Fazendo votos para continue a melhorar do seu incommodo subscrevo-me,  
Amº sempre grato, Fábio Barreto. (APHRP. Id. Caixa 174. 23.11.1925)*

Notemos uma rede bem desenvolvida entre os citados no escrito de Fábio Barreto. Quinzinho da Cunha deveria ser consultado e/ou informado sobre os passos dados pelos seus companheiros de articulação política, que eram como consta na carta, Meira (Meira Jr), Chico (Francisco Junqueira), Lobato, José da Silva, Guião, entre outros. Sua influência se mostra espalhada por toda a região, sendo reconhecida em outras cidades onde as decisões políticas passavam por seu crivo.

Nem sempre as relações com as forças políticas de outras cidades eram tranqüilas. Podemos confirmar as disputas pelo poder e os acordos políticos que se faziam entre os mandatários em uma carta que conta a situação de Sertãozinho em novembro de 1925:

*[...] Nesta não cheguei a acordo. Os amigos do Guilherme pensavam que eu estava disposto a derrubar o João de Faria para fazê-los subir. Pois queriam que a Câmara ficasse composta de 4 por 4 vereadores, e igualmente pela metade ficasse constituído o diretório, que as autoridades policiais fossem todas demitidas, idem quanto aos funcionários municipais, etc. De modo que o eles queriam não era um conagraçamento, mas uma subida nas suas costas. Varri a pulha e comuniquei tudo a João de Faria. Quando ai for, si for, lhe contarei tudo a miude. Si formos daremos de véspera um telegrama para V. nos arranjar cômodos no Hotel.*

*Adeus.*

*Sempre amigo.*

*Assina. J.A.Meira Junior. ( APHRP. Id. Caixa 174. 11.11.1935)*

Rodrigo Paziani em sua tese afirma que Quinzinho era mais que um mero coronel, ele seria um “supercoronel”, já que ele estava acima do poder dos demais coronéis da região, uma vez que suas ligações com o governo estadual e federal lhe davam uma maior autoridade e dizer sobre assuntos políticos, dentro e fora de seu distrito. (PAZIANI, 2001: 360).

O coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira urde uma teia de poder, que se pode definir como, um tipo de cultura política que une um grupo de indivíduos, que se reportam uns aos outros, de maneira a tecer ações políticas voltadas ao benefício do grupo. A teia ocupa diferentes espaços, ligando diversos níveis de atuação política e diferentes instituições.

Seu objetivo maior é a manutenção desse grupo no poder, os indivíduos com maior potencial eram destinados a escalar a hierarquia da teia, sendo indicados para os cargos de maior prestígio, e por sua vez retribuía com nomeações de outros

integrantes da teia a cargos controlados por eles, assim como prestando auxílio aos demais integrantes.

Em princípio a teia se fez com indivíduos que compartilham de laços familiares, sendo a idéia de família ou clã seu principal atributo, logo Quinzinho adapta ancestral organização familiar aos tempos modernos, e começa a recrutar indivíduos de fora da família para ocuparem posições importantes nessa hierarquia.

Grande parte do poder político do coronel Quinzinho emana de sua família, os fortes laços de solidariedade entre seus membros, que foram reforçados por gerações de casamentos incestuosos, parcerias nos negócios, posse de fazendas contíguas e a tradição de obediência a um líder da parentela.

Mesmo estando longe de ser uma pessoa de posses humildes, Quinzinho também estava distante de ser o homem mais rico na região, ele disputou espaço na chefia da cidade com homens mais ricos que ele, como o conhecido “Rei do café” Francisco Schmidt, que foi por uma época o homem que mais possuiu pés de café no mundo e um dos maiores exportadores do país, no entanto vemos que sua força não estava ligada apenas ao dinheiro que possuía.

A tradição dos Junqueira era uma arma poderosa para o coronel e lhe permitia varias manobras. Essa lealdade familiar permite que Quinzinho usufrua, em suas estratégias políticas, dos recursos financeiros de toda família quando sozinho não possuiria meios para uma manobra, esse tipo de atitude fica evidente nos episódios de compra do jornal A Cidade , onde mais de um membro da parentela compraram ações da sociedade anônima, para que a família se beneficiasse do capital político de ter um periódico próprio, no entanto Quinzinho é quem articula toda a operação, sendo o maior acionista individual e responsável por indicar os presidentes da sociedade.

O poder da parentela, já organizada há gerações antes do nascimento de Quinzinho, é a base de sua teia de poder, é incontável o numero de parentes que foram beneficiados com cargos públicos, e que retribuíram com lealdade a seus comandos. No entanto, esse primeiro núcleo, que partiu da parentela, se espalha por vários outros membros, desde correligionários locais, que formavam os quadros do PRP local, até o gabinete da República.

A teia de poder ligava Quinzinho a vários outros grandes fazendeiros, de café, principalmente, o que o leva ao poder depois de ter sido derrotado nas urnas, em sua

única candidatura a vereador, a teia faz com que ele seja indicado a chefe político, pelo recém-fundado clube da Agricultura.

Uma das características mais interessantes de Quinzinho é maneira como ele consegue ser um guardião da tradição, evocando a ancestralidade de sua família, a figura do grande senhor de terras e coronel da guarda nacional e ao mesmo tempo saber como desfrutar das oportunidades que a modernidade lhes traz, sua família foi uma das primeiras no cultivo do grão do café, assim como ele foi um dos primeiros a estabelecer agências comissionárias de café no porto de Santos para conseguir negociar as produções de suas fazendas, e a comprar no exterior as máquinas de beneficiamento de café agregavam valor ao produto.

Joaquim da Cunha Diniz Junqueira prova ser diferente de seus pares, pintados por nossa historiografia como senhores locais, homens xucros e retrógrados. Do mesmo modo que a elite cafeeira, rica e prospera, é distinta de suas irmãs nacionais. Ele, assim como essa elite, adora os símbolos do progresso e da civilização, refletindo seus gostos na cidade e em suas propriedades:

*A fazenda “Boa Vista” é um importante estabelecimento agrícola, situada em plena zona produtora de café, reunindo as vantagens de uma fazenda de primeira ordem pela, sua perfeita e moderna organização.*

*“Boa Vista” acha-se situada numa ampla e magnífica esplanada, abrangendo, em sua totalidade nada menos que três mil alqueires de terras, cobertas de soberbas matarias e possuindo uma plantação cafeeira de oitocentas mil árvores todas formadas e muito bem tratadas, produzindo uma medida de cem mil arrobas anuais.*

*A casa de residência é um elegante e esplendido sobrado, possuindo confortáveis e higiênicas acomodações, água encanada, luz elétrica e rodeada de um encantador jardim.*

*(Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto, 1913.:97)*

Os recursos da modernidade eram considerados símbolos de um status elevado e confortos que poucos desfrutavam na cidade poderiam ser vistos na fazenda de Quinzinho, além de água encanada e luz elétrica, sabemos que possuía uma linha de telegrafo, que usava para acompanhar os preços do café e de seus investimentos na bolsa, e foi um dos primeiros lugares a possuir um telefone na cidade de Ribeirão Preto.

Seus filhos todos estudaram com tutores particulares e os homens cursaram faculdade, as viagens a Europa faziam parte da rotina dos Junqueira e diferente do que se espera de fazendeiros do interior paulista eram considerados cultos e de modos refinados.

Sua figura influenciou muito a cidade, conforme a cidade cresceu e se modernizou a imagem dos grandes coronéis donos do poder dentro da região foi sendo cristalizada no imaginário das pessoas, a figura de Quinzinho quase sempre é evocada quando se lembram os tempos de glória de Ribeirão Preto.

## Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean- François (orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Pp. 349-363.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A., 1989.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto. *Memória: as legislaturas municipais de 1874 a 2004*. Ribeirão Preto: Editora COC, 2001.

CAMARGO, J. *Aspectos Históricos da Câmara Municipal*. Ribeirão Preto, 1974.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1920)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CASALECCHI, José Enio. *A Proclamação da República*. 4. ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.

CERTEAU, M. de. “A Operação Histórica”. In: LE GOFF, J. & NORA, P. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Imag, 1990, 3v.

CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Imag, 1990, 5v.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, J. E. da. *Álbum comemorativo do 1o Centenário da Fundação da Cidade de Ribeirão Preto*. São Paulo: Schmidt, 1956.

COSTA, O. E. *História da Fundação de Ribeirão Preto*. São Paulo: coleção revista História/USP 1955.

CUELLO Josué Peroni. *Poder na Belle Époque Caipira: Quinzinho da Cunha - o Godfather do PRP*. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Orientador: José Evaldo de Mello Doin.

DOIN. José Evaldo de Mello. *O Capitalismo Bucaneiro: Dívida Externa, Materialidade e Cultura na saga do Café*. Franca, 2001. 420p. Tese (Livre Docência) -

Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista.

DOIN, José Evaldo de Mello; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; CUELLO, Josué Peroni. “A saga de Ribeirão Preto na Belle Époque caipira: modernidade e urbanização na Primeira República”. In: *Dialogus*. Ribeirão Preto, v.1, n.2, 2006, p.140.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. Editora Globo: Porto Alegre, 1975.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. 45ª. ed. Editora Record: Rio de Janeiro, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GODOY, J. H. A. *Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937* - Dissertação – Mestrado – Ciência Política, Universidade de São Paulo, USP, : 2000

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1978.

Borges. 5. ed. Editora da UNICAMP: Campinas, 2003.

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. In BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.360p.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In.: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.262p.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MATTOS, J. A. J. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. Rio de Janeiro: Família Junqueira, 2004.

MELLO, Rafael Cardoso de . *Um “coronel de saias” no interior paulista : a “rainha do café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*– Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, 2009.

MOTTA, R. P. S. (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 1. 230 p.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a 'Belle Époque' em Ribeirão Preto (1911-1920)*. Franca, 2001. 360p. Tese (Doutorado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista.

PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luis em sua atuação em Batatais (1890-1900): aspectos da modernização urbana do interior*

*paulista na Republica Velha*. 1998. Dissertação (Mestrado – História), FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.

PERINELLI NETO, H. “Complexo cafeeiro e visão empresarial: a instalação da Companhia Frigorífica Pastoral em Barretos”. In: *Ensaio de História*. Franca, v.4, n.1/2, 1999. Pp.139-167.

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 24ª. reimp. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

RÉMOND, R. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo Biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”. In: *Indivíduo, biografia e história / Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, vol. 10, nº 19, 1997.37p.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. 447p.

\_\_\_\_\_. *Autoridade*. São Paulo: Record, 2004.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. São Paulo: Record Cultural, 1974.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. *Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000. 222 p.